

DO LITERÁRIO AO PEDAGÓGICO: REFLEXÕES SOBRE O LIVRO PARADIDÁTICO¹

Concísia Lopes dos SANTOS

João Maria CLAUDINO

Professor Ms. Henrique Eduardo de SOUSA – Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

RESUMO: A literatura infanto-juvenil costuma ser questionada por alguns especialistas da área de literatura por ser colocada no limiar entre mercadoria e recurso pedagógico, estar numa zona de fronteira entre as várias disciplinas, chegando a ser considerada interdisciplinar, provocando disputas entre as áreas que pretendem tê-la como objeto de estudo. Este artigo pretende refletir sobre a função desempenhada por essa literatura nos dias atuais, tendo em vista seu caráter pedagógico e mercadológico, a partir da análise comparativa entre um livro paradidático e um infanto-juvenil. Para isso, foram utilizados o título paradidático *Aleijado* (2006), de Luiz Antonio Aguiar, e *Um garoto chamado Rorbeta* (2005), de Gabriel O Pensador.

Palavras-chave: literatura comparada; literatura infanto-juvenil; livro paradidático; Gabriel O Pensador; Luiz Antonio Aguiar.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a literatura infanto-juvenil faz parte dos processos de desenvolvimento da sociedade contemporânea desde sua implantação. Torna-se uma mercadoria quando produzida para um público específico, precisando respeitar seus consumidores e mesmo motivar o consumo, para não correr o risco de inviabilizar sua produção. E relaciona-se com a escola porque depende da escolarização da criança, o que a faz adotar, muitas vezes, posturas claramente pedagógicas, com o fim de confirmar sua utilidade.

Aspectos como esses são os que fazem a crítica especializada desconfiar da qualidade das produções destinadas ao público infantil e juvenil. Além disso, deve-se considerar que a literatura infanto-juvenil resiste ao enquadramento buscado pela Academia e possui um volátil objeto de estudo, o que a faz pertencer a vários campos de conhecimento, como afirma Ceccantini (2004). Essa literatura, enquanto objeto de estudo, chega a gerar tensões porque, diferente de outras literaturas, o conceito de infância – gerador das condições de produção – muda, assim como muda o modo de leitura dos textos, o qual pode ser infantil ou adulto, especializado ou não.

Para se ter uma idéia da complexidade que envolve esse gênero literário, John Rowe Townsend – escritor inglês de obras infantis e juvenis e pensador de questões sobre a literatura

¹ Este trabalho foi realizado para a conclusão do curso de Especialização em Língua Portuguesa: Leitura, Produção de Textos e Gramática, concluído em 2009, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

infanto-juvenil – chega a afirmar que “a única definição prática, hoje, para um livro infantil – por absurdo que isso possa soar - é de que é um livro que faz parte de um catálogo de livros infantis de uma editora.” (TOWSEND *apud* CECCANTINI, 2004, p. 21).

A literatura infanto-juvenil é colocada, então, em uma zona de fronteira, sendo disputada por várias disciplinas, ao mesmo tempo em que é negada por outras, chegando a ser considerada interdisciplinar. Isso acontece não só no âmbito das Letras e da Educação, embora ocorra principalmente nesse campo, mas abrange outras áreas, como a Psicologia, a Biblioteconomia, a História, a Antropologia, a Semiótica, a Sociologia e outras áreas afins. Essa dedicação ao estudo do gênero faz surgir duas bases extremas de análise: uma de caráter mais teórico e outra de caráter mais aplicado.

Cria-se uma espécie de querela que opõe os pesquisadores de áreas mais diretamente ligadas aos “pragmáticos” do gênero (professores de Ensino Infantil e Fundamental, psicólogos, pedagogos, bibliotecários, animadores culturais), voltados à formação do leitor e ao desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança e do jovem, e aqueles que arregimentam os “teóricos” do gênero (críticos literários, historiadores, psicanalistas, jornalistas-resenhadores da grande imprensa), estes, mais preocupados com a autonomia do objeto focalizado e suas relações com a série literária e a histórica. (CECCANTINI, 2004, p. 23).

Por outro lado, embora haja uma disputa entre os campos de investigação, não há ainda, no Brasil, uma significativa bibliografia sobre literatura infanto-juvenil publicada em forma de livro. Isso se explica, também, pelo modelo de Universidade que aqui vigora, no qual os estudos acadêmicos, de maneira geral, privilegiam o *corpus* erudito.

Nas duas últimas décadas, mesmo de maneira atropelada, vem sendo desenvolvido um razoável estudo dessa literatura no Brasil, o que não significa que seja um tema esgotado como objeto de pesquisa. Como afirma Ceccantini (2004, p. 30), “não se pode pensar em um campo de estudos suficientemente investigado”.

Enfim, diferentemente de outras áreas, que podem ser vislumbradas como exauridas e onde descobrir um novo nicho de pesquisa é sempre uma dificuldade, com tudo ou quase tudo já fixado, organizado e hierarquizado, restando quando muito a releitura dos objetos por meio de novas metodologias que despontam, o terreno da literatura infanto-juvenil brasileira não apenas requer muito trabalho de base, que ainda está para ser feito e deve ser feito, como também exige um trabalho, quem sabe de maiores proporções, ainda a ser realizado: o de divulgar

de maneira eficiente, num país de brutais desigualdades como o nosso, a produção científica já estabelecida. Sem esse trabalho de divulgação científica, a literatura infanto-juvenil não poderá ocupar o espaço a que tem direito nem conquistar novas gerações de pesquisadores para seus objetivos e muito menos conseguirá o apoio necessário para expandir-se, tanto na comunidade científica à qual se integra quanto na outra. (CECCANTINI, 2004, p. 33-34).

Assim sendo, este estudo pretende refletir sobre a função desempenhada pela literatura infanto-juvenil nos dias atuais, tendo em vista seu caráter pedagógico e mercadológico, a partir da análise do livro paradigmático.

2 LETRAS X EDUCAÇÃO: AS QUERELAS

Entre outras dificuldades enfrentadas pela literatura infanto-juvenil estão as “querelas” entre as áreas de conhecimento que pretendem ter o gênero como objeto de estudo. No Brasil, segundo Ceccantini,

[...] tem sido possível verificar essa contraposição dos vários campos entre si e, particularmente, uma estridente oscilação entre o objeto inserir-se na área das Letras ou na área da Educação, gerando uma espécie de constante crise de identidade junto aos sujeitos envolvidos no processo. (CECCANTINI, 2004, p. 23).

Para estudiosos do assunto, como a professora Maria do Rosário Longo Mortatti – professora da UNESP de Marília (SP) -, há no campo das Letras uma fragilidade teórica para tentar restringir a si o estudo da literatura infantil, uma vez que a abordagem considera apenas os aspectos estéticos e esquece o qualificativo infantil; porém, não defende o exclusivismo da Educação, já que esta procura a aplicação do objeto em trabalho pedagógico, visando, na maioria das vezes, apenas o lado utilitário do gênero e esquecendo as questões de literariedade e esteticidade.

A oscilação [entre a Área das Letras e da Educação] vem sendo assumida como um impasse, que, constantemente reiterado e tido como suposto, dificulta o avanço e o alargamento do campo assim como a produção necessária de uma história, teoria e crítica específicas da literatura infantil (brasileira). (MORTATTI *apud* CECCANTINI, 2004, p. 24).

De um lado estão as Letras, com seus estudos de autores, de influências, de gêneros, de estilos e teóricos de diversas naturezas; de outro está a Educação, com estudos de público leitor, educacionais, relacionados à Psicologia do Desenvolvimento, conteudísticos, gramaticais, sociológicos, textuais. É como se essas questões estivessem em constante oposição, não permitindo uma complementaridade entre si. Isso faz com que o estudioso, ao escolher o gênero como objeto de pesquisa, escolha um ou outro termo – excluindo o outro – para procurar enquadrá-lo nas Letras ou na Educação.

Além disso, “a multiplicidade de enfoques, aliada à intrínseca dificuldade em se definir o objeto *literatura infanto-juvenil* com maior precisão, significou também dispersão e pulverização de objetivos”, como afirma Ceccantini (2004, p. 27). Talvez por isso a pesquisa em literatura infanto-juvenil ainda não tenha constituído uma base sólida e de maior clareza que oriente a pesquisa sobre o gênero. É nesse contexto que se insere o trabalho com a literatura em sala de aula.

Pensar o termo literatura infanto-juvenil leva à reflexão sobre o que seja essa qualificação, que parece, em um primeiro momento, determinar uma produção específica para um público específico. Faz refletir também sobre o modo como essa produção chega a essas crianças e adolescentes em fase escolar.

Sabe-se que a criança, bem como o adolescente, no Ocidente, faz parte de uma minoria que, como outras, deve ser conduzida pelos que têm autoridade para isso, nesse caso, os adultos. São estes que possuem a capacidade para conduzi-los. Desse modo, se estabelece, de modo inquestionável, uma relação entre o dominador e o dominado, como o modelo de sociedade capitalista; ou mesmo entre colonizador e colonizado, como o modelo de sociedade adotado no Brasil desde seu “descobrimento”. É o autor – adulto – que “sabe” o que as crianças e os adolescentes querem e devem ler. Como afirma Benjamin (2002, p. 148), “essa espécie de psicologia infantil, na qual o autor está tão bem versado, constitui o equivalente exato da famosa ‘psicologia dos povos primitivos’, vistos como clientes enviados por Deus para consumir as quinquilharias européias.”. Assim como os portugueses fizeram com os indígenas, os adultos fazem com as crianças e adolescentes.

Aliada a essa idéia de dependência vem a Psicologia da Aprendizagem evidenciar as fases de maturação de um indivíduo, as quais evidenciam o que se consegue compreender em cada momento da vida. Isso reforça a idéia de incompetência da criança frente a algumas questões, além de corroborar para a visão de que é natural o domínio do adulto sobre a criança.

Ao considerar que o pensamento infantil ainda não tem competência para compreender determinadas idéias e/ou conceitos, o adulto passa a tentar concretizar situações para que a criança os compreenda. Do mesmo modo acontece com os adolescentes. Explique-se:

O adulto procura tornar concreta a literatura para que as crianças possam compreendê-la. Assim é porque a vê como uma atividade complexa e, por isso, não-comum ao universo infantil. Ao traduzi-la para um nível de concretude, o adulto procura facilitar a arte literária para que seja compreendida. Isso poderia ser uma ótima maneira para construir um alto repertório nas crianças, mas não é bem assim que acontece.

É aí que entram a Pedagogia, como meio de adequar o literário às fases do raciocínio infantil, e o livro, como mais um produto através do qual os valores sociais passam a ser veiculados, de modo a criar para a mente da criança hábitos associativos que aproximam as situações imaginárias vividas na ficção a conceitos, comportamentos e crenças desejados na vida prática, com base na verossimilhança que os vincula. O literário reduz-se a simples meio para atingir uma finalidade educativa extrínseca ao texto propriamente dito, reafirmando um conceito, já do século XVIII, de A. C. Baumgartner de que “literatura infantil é primeiramente um problema pedagógico, e não literário”.

Essa função utilitário-pedagógica é a grande dominante da produção literária destinada à infância, e isso desde as primeiras obras surgidas entre nós. Nada mais do que atender a uma exigência da própria estrutura da cultura ocidental em relação a seu tradicional conceito do ser infantil. (PALO; OLIVEIRA, 1986, p. 06-07).

Com o público adolescente não é diferente. Autores e professores os veem como indivíduos despreparados, uma vez que os livros destinados a eles têm que tratar da sua realidade, discutir questões que estejam em seu nível de compreensão e de acordo com sua maturidade. Curiosamente, os livros para esse público parecem poder ter qualquer tema, menos a fantasia. Eis o que diz Pedro Bandeira – autor de livros paradidáticos – em depoimento na *Revista Releitura*, em 1992:

Qualquer tema serve para o jovem. [grifo nosso] Os temas podem estar ligados à vida do jovem (namoro, convivência da turma) ou outros como busca de identidade, autoritarismo, morte, medo, solidão... **Não importa o vocabulário, o conteúdo.** [grifo nosso] Acho que uma criança de qualquer idade pode entender qualquer tema desde que seja tratado de acordo com a visão dela. E não com a visão do adulto. Meus

personagens são sempre crianças e jovens com a idade do leitor. (p. 28).

Vê-se que, para o autor, o mais importante não é o que o jovem quer ler, mas o que o adulto acha que ele quer ler. Essa “realidade” necessária nos livros mais utilizados em sala de aula, através dos famosos livros paradidáticos, não passa de um reforço pedagógico para o que já foi consumido pelo indivíduo enquanto criança. É como se o adolescente, que geralmente consome esses livros desde criança, não tivesse competência para ler questões mais complexas, como as trazidas pelos clássicos nem pelos grandes autores. Outro ponto da entrevista, que reforça essa questão, deve ser destacado:

Sou apaixonado por Machado de Assis, mas acho um crime um professor exigir a leitura de sua obra na escola de 1º. e 2º. Graus. Machado de Assis, em sua época, não tinha o adolescente como público alvo. [...] É preciso ter maturidade para gostar de Machado de Assis. É preciso ter vivido um pouco mais, é preciso ter sofrido mais, é preciso ter experiência. [...] O professor deve escolher o que é mais adequado. (RELEITURA, 1992, p. 30).

Como se vê, cabe sempre ao adulto – representado pela figura do professor, o grande leitor – escolher o que é melhor para ser lido pelo adolescente. Não se está dizendo aqui que o professor não possa sugerir leituras, isso ele pode e deve fazer. O que não se deve admitir é que a literatura seja usada em sala de aula como um mero suporte para a discussão de questões sociais ou um simples motivo para a produção e o consumo do objeto livro.

3 PRODUÇÃO DE LITERATURA INFANTO-JUVENIL NO BRASIL: O LITERÁRIO E O PEDAGÓGICO

Ao se pensar as dificuldades enfrentadas pelo professor no trabalho com literatura em sala de aula, percebe-se que isso acontece não só porque os adolescentes não gostam de ler. O fato é que a maioria dos livros indicados para esse público não despertam o prazer de ler, mas a obrigação de ler. Essa última é o que torna a leitura de um livro uma atividade meramente pedagógica, na maioria dos casos. O livro literário transforma-se em paradidático, trazendo consigo o dever de educar, de formar.

Todos os anos os professores são bombardeados com correspondências de todas as editoras, as quais trazem os famosos catálogos de paradidáticos. Esses por sua vez trazem os lançamentos, os novos títulos que abordam as velhas questões: sexo, drogas, família, amor

etc. e, não por acaso, é o professor que tem a autoridade de escolher o que deve ser lido pelos seus alunos.

Ao analisar esses catálogos há alguns que chamam a atenção pelo discurso que trazem. É o caso, por exemplo, do catálogo intitulado *Literatura Juvenil 2008*, da Editora Ática. Em sua apresentação traz o seguinte discurso:

Sabemos que para transformar a realidade não há ninguém melhor que os jovens, donos de um grande poder questionador e muita vontade de renovar. Mas as suas ações perdem o sentido quando feitas sem conhecimento e reflexão. Aí é que entram os livros: eles são o melhor caminho para dar base à formação dos adolescentes, despertando neles consciência crítica e importantes valores – além de divertir, é claro.

Em um primeiro momento, se tem a impressão de que há uma valorização das competências que o jovem possui. Porém, a seqüência reforça a idéia já difundida de que o livro dirigido ao jovem tem que formá-lo. O discurso chega a ser semelhante à fala de um político em época de campanha.

Em outro trecho da apresentação, é destacada uma idéia não diferente do que se tem realizado nos últimos anos nas salas de aula. Sob o título de “O papel do educador”, surge um reforço à idéia do professor enquanto colonizador de novas mentes. Ei-lo: “Nessa hora, o papel do educador é importantíssimo, não só para incentivar, mas para **escolher os livros mais adequados com essa finalidade**” [grifo nosso]. Ou seja, é tarefa do professor determinar o que seu aluno deve ler, o que está mais adequado a sua competência e a sua formação. Além disso, o livro escolhido tem como objetivo, na maioria das vezes, apenas gerar uma discussão sobre assuntos polêmicos que dizem ser de interesse dos jovens.

Na realidade, não há uma preocupação com o que o adolescente realmente quer. A escolha é feita por um adulto, que tudo sabe, para um aprendiz, que ainda tem muito que aprender. Assim, o aluno “lê a partir de uma percepção domesticada, em nome da lei escolar, em nome da alfabetização, sob o domínio da informação.” (SOUSA, 1992, p. 11). É sob o pretexto de despertar o prazer de ler que os professores escolhem, todos os anos, os livros que seus alunos deverão ler, resumir, parafrasear, digerir.

Não há problemas em querer estimular a leitura, mas é necessário saber como fazer isso. Não é qualquer livro que desperta o interesse pela leitura, assim como não é de qualquer jeito que se faz um trabalho com literatura.

Para uma breve análise comparativa entre a obra literária e a paradidática, na tentativa de fazer perceber suas diferenças, foram analisados dois títulos que discutem o mesmo tema, um literário e outro paradidático, respectivamente: *Um garoto chamado Rorbeto* (2005), de Gabriel O Pensador, e *Aleijado* (2006), de Luiz Antonio Aguiar. Ambos trazem à discussão a questão da diferença, mas de maneiras bem distintas, a começar pelo título.

Em *Um garoto chamado Rorbeto* não dá para saber de imediato sobre o que fala o livro, como acontece com *Aleijado*. Além disso, na capa deste último ainda aparece uma espécie de subtítulo que antecipa a história, a saber: *Aventuras de um garotão em luta contra escadas, buracos e outras desconsiderações do mundo*. É possível que o autor tenha se inspirado em *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, que tem um imenso título, o qual é envolvido na história narrada.

O livro de Gabriel apresenta uma estrutura semelhante ao rap, o que o torna um texto musicado. A história é contada em versos encadeados e ritmados.

Era uma vez um menino **que era muito atrapalhado.**
O nome dele era esquisito, **porque foi escrito errado.**
É que o pai também se atrapalhava sempre, **sem parar,**
E lhe deu um nome com uma letra
Fora
do lugar.

(O PENSADOR, 2005, p. 08)

O pai de Rorbeto era analfabeto e esse foi um dos fatores que o levou a registrar o filho com o nome errado. A história se passa em um ambiente simples, à beira de um rio e sem energia elétrica. Ao crescer, o menino Rorbeto começa a aprender coisas novas, como contar. Foi a partir desse momento que ele percebeu que era “diferente”.

Rorbeto ainda era pequeno,
Mas já caminhava e corria.
Também já sabia falar.
E, além de falar, ele ouvia.
Crianças aprendem a pensar,
E ele aprendeu desde cedo.
Também aprendeu a contar,
Usando a ajuda dos dedos.

Pensou nos amigos que tinha:
O pai e a mãe eram dois;
Filé, o terceiro da lista.
Não lembro quem veio depois.
Contou, só na sua mão direita,
Os pais, o cachorro e mais três.

Contou do dedão ao dedinho:

Um
Dois
Três
Quatro
Cinco

Seis!

Rorbeto contou outra vez,
Prestando bastante atenção:
1 2 3 4 5 6
Contou do dedinho ao dedão!
(O PENSADOR, 2005, p. 15-21)

Diante da descoberta, ele passa a agir de modo diferente na escola, chegando a esconder a mão em uma sacola. No entanto, para que possa escrever a tarefa passada pela professora, ele precisa retirá-la. É isso o que o faz tornar-se especial.

Rasgou a sacola correndo.
Escreveu mais rápido ainda.
E, mesmo nervoso e **com pressa,**

Ele fez a letra mais linda
(O PENSADOR, 2005, p. 33)

Ao realizar um bom trabalho, Rorbeto torna-se um modelo para a turma, que passa a querer ser como ele. Eles percebem sua mão diferente, mas não o excluem por isso. A descoberta se dá de maneira natural, sem longas discussões ou geração de polêmica.

Rorbeto venceu a vergonha
e mostrou a mão bem aberta.
Disseram:
“Tem dedo sobrando!
Assim, qualquer um acerta!”
(O PENSADOR, 2005, p. 42)

Ou seja, Gabriel O Pensador consegue discutir em um livro infanto-juvenil uma questão bastante polêmica como a diferença, mas o faz de um modo natural, divertido, poético e até lúdico.

Já o livro de Luiz Antonio Aguiar conta a história de Fred, um adolescente de dezesseis anos, que fica temporariamente incapacitado de locomover-se depois de um acidente de moto que lhe estraçalhou os pés. A história se passa em uma cidade grande. Fred

mora em um apartamento. Logo no início da narrativa o autor traz pela voz do adolescente um discurso que pretende sensibilizar o leitor para as dificuldades de locomoção dos cadeirantes. Ele chama a atenção para as ruas mal projetadas, que não procuram atender às necessidades desse grupo de cidadãos.

O problema, o primeiro, é o que a gente se conformou de chamar de *calçada* nesta terra.

Calçada, aqui, é um terreno acidentado, com encostas e declives, buracos e crateras.

As rodas da cadeira prendem nos buracos, travam. A cadeira ameaça despencar nas crateras, e também nas encostas e declives, sempre cheios de ondulações. É como um bote em mar agitado, ameaçando virar, e virando mesmo, de vez, ou quase... Quer dizer, se não tivesse meu pai segurando atrás, teria virado. (AGUIAR, 2006, p. 14)

A história conta, basicamente, as experiências adquiridas por um adolescente que, até o acidente, não tinha consciência do que era viver com limitações. Ele conhece Rebeca, paraplégica, que, em vez de sentir pena de si mesma, como ele faz, luta por seus direitos. É ela quem o faz ter uma nova visão do mundo.

Rebeca era tradutora. Um trabalho engraçado, que eu nunca me toquei que existia – fazia legendas em português para filmes que iam passar na tevê. Antes do acidente, era professora de inglês. Tinha cerca de quarenta anos, uns cabelos cacheadinhos ruivos, olhos verdes, usava óculos e olhava meio aflita bem dentro dos olhos da pessoa com quem falava; ela tinha um jeito miúdo de ser. Parecia uma princesa de desenho animado... Uma princesa-duende.

Fazia dez anos que estava naquela cadeira de rodas.

Dez anos.

Fiquei olhando para ela, como se fosse um ser de outra galáxia.

Dez anos! Como é que conseguia...? E sabendo que, a não ser por um milagre dos anjos ou das células-ronco, ia ser para sempre. Como...? (AGUIAR, 2006, p. 44-45)

Vê-se que o livro serve apenas como um pretexto para discutir algumas questões presentes em nosso cotidiano. Não por acaso, Rebeca é um adulto, já bastante experiente (cerca de quarenta anos). É com os adultos que os jovens devem aprender. Renasce no livro a idéia que sempre permeou o espírito colonizador da leitura de livros paradidáticos.

O enredo é banal. É a partir da convivência com Rebeca que Fred adquire humildade. Antes, um adolescente egocêntrico, depois de sofrer privações percebe que o mundo não gira ao seu redor e que há problemas que podem ser resolvidos, desde que se queira. O livro é

escrito com o objetivo de levar para a sala de aula a polêmica questão que envolve os deficientes físicos. É o texto como pretexto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre literatura infanto-juvenil ainda estão longe de ser esgotados. As querelas entre as Letras e a Educação também. O livro de literatura infanto-juvenil, que tem em sua origem o caráter mercadológico que envolve o livro infantil, começa a ser visto de maneira menos preconceituosa na Academia, embora ainda seja considerada como marginal.

Muitas discussões ainda precisam ser feitas até que se possa ter um verdadeiro estudo do gênero no Brasil, mas as idéias estão surgindo aqui e ali. Outro ponto que ainda necessita ser bastante aprofundado é a questão dos livros paradidáticos nas salas de aulas. Sabe-se que eles geram grandes discussões, que vão desde sua nomeação até a qualidade estética que apresentam.

É necessário reconhecer que ainda há muito que se fazer, descobrir, analisar, questionar. Refletir sobre os aspectos que compõem a literatura infanto-juvenil parece ser o primeiro passo para descobrir tudo o que ela tem a oferecer. O trabalho é árduo, mas não impossível. Então, mãos à obra!

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luiz Antonio. **Aleijado**. Ilustrações: Jan Limpens. São Paulo: Ática, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução e apresentação: Marcus Vinicius Mazzari. Posfácio de Flávio de Giorgi. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- CECCANTINI, João Luís C. T. Perspectivas de pesquisa em literatura infanto-juvenil. In: CECCANTINI, João Luís C. T. (org.). **Leitura e literatura infanto-juvenil: memória de gramado**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.
- LITERATURA JUVENIL 2008**. Catálogo. Editora Ática.
- O PENSADOR, Gabriel. **Um garoto chamado Rorbeto**. Ilustrações: Daniel Bueno. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa D.: **Literatura infantil** voz de criança. São Paulo: Ática, 1986.
- REVISTA RELEITURA**, no. 02, 1992.

SOUSA, Ilza Matias de. A leitura literária na adolescência. In: **Revista Releitura**, no. 02, 1992.